

Ciências ULisboa

Faculdade
de Ciências
da Universidade
de Lisboa

Gabinete
de Apoio
Jurídico

Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)

Trata-se de um diploma que entrou na nossa ordem jurídica em 25 de maio de 2018, através do Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, que pretende responder aos desafios colocados pela revolução tecnológica ocorrida nas últimas décadas e proteger melhor os dados sobre as pessoas, os direitos dos cidadãos da UE e a livre circulação de dados.

A Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, é a nova Lei de Proteção de Dados, que assegura a execução do RGPD na ordem jurídica portuguesa.

Princípios

Princípio da lealdade, licitude e transparência: os dados pessoais são objeto de um tratamento lícito, leal e transparente em relação ao titular dos dados;

Princípio da limitação das finalidades: os dados pessoais são recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, não sendo tratados posteriormente de uma forma incompatível com essas finalidades;

Princípio da minimização dos dados: os dados pessoais serão adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário relativamente às finalidades para as quais são tratados;

Princípio da exatidão: os dados pessoais serão exatos e atualizados sempre que necessário, sendo adotadas todas as medidas adequadas para que os dados inexatos, tendo em conta as finalidades para que são tratados, sejam apagados ou retificados sem demora;

Princípio da limitação da conservação: os dados pessoais serão conservados de uma forma que permite a identificação dos titulares apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais os dados são tratados;

Princípio da integridade e confidencialidade: os dados pessoais serão tratados de uma forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação acidental, sendo adotadas as medidas técnicas ou organizativas adequadas.

O que são dados pessoais?

Informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável → Titular dos dados.

Identificação possível, direta ou indiretamente, por referência a um identificador, como por exemplo um nome, número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular.

Categorias Especiais (dados sensíveis): identificadores que revelem a origem racial ou étnica, opiniões políticas, convicções religiosas ou filosóficas, filiação sindical, saúde e genética, biometria que identifique uma pessoa de forma inequívoca, vida sexual ou orientação sexual, condenações penais, entre outros aspetos sensíveis da vida de uma pessoa.



a sua violação poderá afetar gravemente a vida quotidiana do titular.

Quem é o responsável pelos dados pessoais?

A pessoa singular ou coletiva que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais, cabendo-lhe respeitar os princípios relativos ao tratamento, bem como os direitos dos titulares e a quem são imputados os deveres impostos pelo RGPD e as sanções previstas.



Faculdade de Ciências da ULisboa.

O que são tratamentos de dados pessoais?

Qualquer operação ou conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, conservação, etc.

O que é uma violação de dados pessoais?

- Fuga de dados pessoais em benefício de terceiros não autorizados;
- Perda permanente dos dados pessoais;
- Dano à integridade dos dados pessoais;
- Dano à confidencialidade dos dados pessoais.

Quais são as consequências?

A não conformidade com o RGPD, pode conduzir a coima de até 20.000.000€ ou 4% da faturação global da organização (consoante o montante mais elevado). Pode, inclusive, haver direito a indemnização.

Na medida em que tal violação seja suscetível de resultar num risco elevado para os direitos e liberdades do titular, deve-se notificar a autoridade de controlo nacional (CNPD) bem como o(s) titular(es) dos dados objeto do incidente, **até 72 horas** após ter tido conhecimento da mesma.

Política de Privacidade de CIÊNCIAS Ulisboa

- assegura que o tratamento dos Dados Pessoais é efetuado no âmbito da(s) finalidade(s) para as quais os mesmos foram recolhidos ou para finalidades compatíveis com o(s) propósito(s) inicial(is) para que foram recolhidos;
- assume o compromisso de implementar uma cultura de minimização de Dados, em que apenas se recolhe, utiliza e conserva os Dados Pessoais estritamente necessários ao desenvolvimento da sua atividade

Para isso, é preciso manter um registo das atividades de tratamento de dados, no qual estão identificados:

- O nome e os contactos do responsável pelo tratamento e, sendo caso disso, de qualquer responsável conjunto pelo tratamento, do representante do responsável pelo tratamento e do encarregado da proteção de dados;
- As finalidades do tratamento dos dados;
- A descrição das categorias de titulares de dados e das categorias de dados pessoais;
- Os prazos previstos para o apagamento das diferentes categorias de dados.

Fundamentação para tratamento de dados pessoais

1. **Consentimento do titular:** para uma ou mais finalidades específicas, mediante expresso consentimento, que indique uma manifestação de vontade livre, específica, informada e inequívoca. O titular tem o direito de retirar o seu consentimento a qualquer momento, não comprometendo a licitude dos tratamentos efetuados até então.
2. **Execução de contrato ou diligências pré-contratuais** (ex.: gestão da relação laboral com CIÊNCIAS).
3. **Cumprimento de obrigação legal** (ex.: obrigações declarativas à SS, AT, etc.).
4. **Interesses vitais** (ex.: caso de emergências médicas).
5. **Interesse público/autoridade pública:** no exercício de funções de interesse público.
6. **Interesse legítimo** (para o privado).

→ **Terceiros:** mediante apresentação de documento que confira poderes de representação.

→ **Menores de idade (- 18 anos):** não têm capacidade para conferir poderes de representação (mediante consentimento). Quem tem legitimidade para exercer os direitos do menor será quem exerce o poder parental.

Direitos dos titulares

- **Direito de acesso**
- **Direito de retificação**
- **Direito ao apagamento** (Nos termos legais aplicáveis, Ciências não tem a obrigação de apagar os dados do titular na medida em que o seu tratamento se revele necessário ao cumprimento de uma obrigação legal a que esteja sujeita ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito em processo judicial.)
- **Direito à limitação**
- **Direito de portabilidade**
- **Direito de oposição**

Como os titulares podem exercê-los?

Mediante contacto com a Faculdade que dará resposta por escrito (incluindo por meios eletrónicos) no prazo máximo de um mês, a contar da receção do pedido, salvo em casos de especial complexidade e elevado número de pedidos, em que esse prazo pode ser prorrogado até dois meses.

Os titulares de dados pessoais, caso o pretendam, podem endereçar uma comunicação ao Encarregado de Proteção de Dados (EPD), relativamente a assuntos relacionados com o tratamento de dados pessoais, utilizando, para o efeito, o seguinte email: rgpd@ulisboa.pt. O EPD de CIÊNCIAS é o Dr. Tiago Abade.

Período de conservação dos dados pessoais

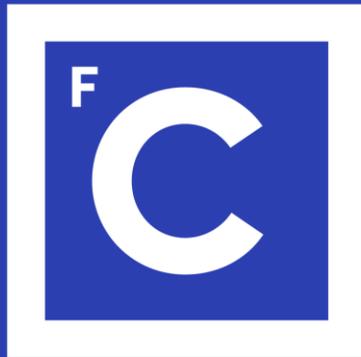
Os dados pessoais são conservados apenas durante o **período de tempo necessário para a realização das finalidades para as quais são tratados**.

No entanto, os dados poderão ser conservados por períodos mais longos, para fins de interesse público, cumprimento de finalidades distintas que possam subsistir, como, por exemplo, o exercício de um direito num processo judicial, fins de arquivo de interesse público, fins de investigação científica ou histórica ou fins estatísticos, aplicando – nesse caso – todas as medidas técnicas e organizativas adequadas para a salvaguarda dos dados pessoais.

Qualquer dúvida ou violação de dados pessoais, cujo tratamento seja da responsabilidade de CIÊNCIAS, deve ser reportada através de e-mail para a equipa de privacidade (EPC): protecaodados@ciencias.ulisboa.pt.

Obrigada!

gabjuridico@ciencias.ulisboa.pt



**Ciências
ULisboa**